



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência

RELATÓRIO E CONTAS 2019

Março 2020





**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





RELATÓRIO e CONTAS 2019

INDICE

INDICE.....	4
INDICE DE FIGURAS	8
INDICE DE GRÁFICOS	8
INDICE DE TABELAS	8
SIGLAS E ABREVIATURAS	10
CAPITULO I – APRESENTAÇÃO.....	11
1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
1.1- Visão.....	11
1.2 - Missão.....	11
1.3 - Valores	11
1.4 - Política da Qualidade	11
1.5 - Política de ÉTICA	12
1.6 - Estratégia	12
2. MENSAGEM DA DIREÇÃO	13
3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	15
3.1 – Identificação.....	15
3.2 – Sede.....	15
3.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”	16
3.4 – Horário de Funcionamento	16
4. INTRODUÇÃO	16
5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019.....	18
CAPÍTULO II – RECURSOS HUMANOS	19
1. INTRODUÇÃO	19
2. QUADRO DE PESSOAL	19
CAPÍTULO III – ATIVIDADE	21
1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	21
1.1 Enquadramento	21
1.2 Crianças Sem Apoio	21

1.3 Frequência de Crianças	22
2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	22
2.1 Enquadramento	22
2.2 Lista de candidatos	22
2.3 Frequência dos Clientes	22
3. LAR RESIDENCIAL.....	23
3.1 Enquadramento	23
3.2 Lista de candidatos	23
3.3 Frequência dos Clientes	23
4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE.....	23
CAPÍTULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
1 INTRODUÇÃO	24
1.1 Macroambiente	24
1.2 A economia social	25
2. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
2.1 Características das Demonstrações financeiras	27
2.2 Continuidade.....	27
2.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)	27
2.4 Consistência de Apresentação	28
2.5 Materialidade e Agregação	28
2.6 Informação Comparativa	28
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	29
3.1 Proposta do resultado líquido do período.....	32
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	33
5. BALANÇO.....	34
CAPÍTULO V - ANEXO	35
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:.....	35
1.1 Denominação da entidade:.....	35
1.2 Lugar da sede social:	35
1.3 Natureza da atividade:.....	35
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos.....	35

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS	
CONTABILÍSTICAS E ERROS	36
3.1. Principais políticas contabilísticas:.....	36
a) Continuidade	36
b) Regime do acréscimo (periodização económica)	36
c) Consistência de apresentação.....	37
d) Materialidade e agregação	37
e) Compensação	37
f) Informação comparativa.....	37
3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro.....	37
3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas	37
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	38
4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:	38
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	40
6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	40
7. INVENTÁRIOS	40
8. RENDIMENTOS E GASTOS	41
8.1 Rédito	41
8.2 Gastos	42
9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	43
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	43
10.1 Dívidas a instituições de crédito	43
11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	43
12. OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	44
12.1 Diversos.....	44
12.2 Depósitos bancários.....	44
12.3 Estado e outros entes públicos.....	45
12.4 Outras contas a receber e pagar.....	45
12.5 Diferimentos	46
12.6 Fornecimentos e serviços externos	47
13. FLUXOS DE CAIXA	47
13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto	47
14. RÁCIOS	49

14.1 Fundo maneiio	49
14.2 Liquidez geral e liquidez imediata	49
14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento.....	50
14.4 Rendibilidade líquida da atividade.....	51
CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	52
1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO.....	52
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI	53
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL	54
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	55
CAPÍTULO VII - DIVERSOS.....	56
1. INFORMACÕES ADICIONAIS	56
2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	57
3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2019.....	57
4. CONCLUSÕES.....	57

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – RESULTADO LIQUIDO 2019	32
--	-----------

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO N.º 1 - COLABORADORES	19
--	-----------

GRÁFICO N.º 2 - AFETAÇÃO DE COLABORADORES POR RESPOSTA SOCIAL	20
--	-----------

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – MÉDIA, ENTRADAS E SAÍDAS	20
--	-----------

TABELA 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	29
---	-----------

TABELA 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	33
---	-----------

TABELA 4 – BALANÇO 2019	34
--------------------------------------	-----------

TABELA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	39
--	-----------

TABELA 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	40
---	-----------

TABELA 7 – INVENTÁRIOS	41
-------------------------------------	-----------

TABELA 8 – CONTA DE MERCADORIAS	41
--	-----------

TABELA 9 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	41
---	-----------

TABELA 10 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	42
--	-----------

TABELA 11 – GASTOS.....	42
--------------------------------	-----------

TABELA 12 – SUBSÍDIOS DO ESTADO.....	43
---	-----------

TABELA 13 – GASTOS COM PESSOAL EM 2019 E 2018.....	43
---	-----------

TABELA 14 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2019 E 2018	44
---	-----------

TABELA 15 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2019 E 2018	44
---	-----------

TABELA 16 – SALDO DA CONTA DE DÍVIDAS AO ESTADO	45
--	-----------

TABELA 17 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	45
--	-----------

TABELA 18 – SALDO DA CONTA DE DIFERIMENTOS	46
---	-----------

TABELA 19 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	47
---	-----------

TABELA 20 – FLUXOS CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	48
TABELA 21 – FUNDO DE MANEIRO	49
TABELA 22 – RÁCIO LIQUIDEZ GERAL E IMEDIATA	49
TABELA 23 – RÁCIO AUTONOMIA FINANCEIRA, SOLVABILIDADE E ENDIVIDAMENTO... 50	50
TABELA 24 – RENDIBILIDADE LÍQUIDA	51
TABELA 25 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CAO	52
TABELA 26 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DO CAO	52
TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS DE IPI.....	53
TABELA 28 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DE IP	53
TABELA 29 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS LAR.....	54
TABELA 30 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DO LAR	54
TABELA 31 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS GASTOS COM O ORÇAMENTO	55
TABELA 32 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RENDIMENTOS COM O ORÇAMENTO 55	55

SIGLAS E ABREVIATURAS

A.P.D.A.S.C.	Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural
AFPAD	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade
ASUS	Atividades Socialmente Úteis
BADF	Base Apresentação Demonstrações Financeiras
BPI	Banco Português Investimento
BTE	Boletim Trabalho e Emprego
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CC	Código Contas
CMVMC	Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
ELI	Equipa Local Intervenção
ESNL	Entidades Setor Não Lucrativo
FM	Fundo de Maneio
INR,I.P.	Instituto Nacional de Reabilitação
IP	Instituto Público
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS	Instituto de Segurança Social
MDF	Modelos Demonstrações Financeiras
MG	Montepio Geral
NB	Novo Banco
NCRF	Norma Contabilística Relato Financeiro
NI	Normas Interpretativas
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
R/C	Rés-do-chão
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNC	Sistema Normalização Contabilização
SNIPi	Serviço Nacional Intervenção Precoce na Infância
VNF	Vila Nova de Famalicão

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1- Visão

Ser uma referência na integração familiar e social das pessoas com deficiências e incapacidades, contribuindo para uma sociedade aberta e inclusiva.

1.2 - Missão

Prestar serviços integrados e personalizados de apoio a pessoas com deficiência e incapacidades e disponibilizar apoio às famílias em articulação interinstitucional, adotando estratégias de inovação e melhoria contínua.

1.3 - Valores

- **Respeito** pelos direitos dos clientes e significativos, dinamizando um atendimento personalizado, individualizando percursos e metodologias no sentido de ir o mais longe possível na integração social;
- **Confidencialidade**, garantindo absoluto sigilo de todas as informações e dados pessoais, designadamente os que dizem respeito à privacidade dos clientes;
- **Participação e corresponsabilização**, envolvendo a família, os agentes sociais e os cuidadores principais na prestação dos serviços;
- **Motivação e empenho** dos colaboradores, contribuindo para o sucesso da organização;
- **Responsabilidade**, assumindo as ações respeitando os mais elevados padrões de ética e profissionalismo;
- **Lealdade**, respeitando as hierarquias, agindo com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes.

1.4 - Política da Qualidade

Prestar serviços de qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes e significativos, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínua, enquanto organização orientada para uma ética de responsabilidade e de dever.

1.5 - Política de ÉTICA

A Política de ÉTICA da AFPAD não distingue categorias profissionais nem nível hierárquico devendo aplicar-se a todos os colaboradores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar a prática de todos os profissionais da AFPAD no respeito pela dignidade da pessoa com deficiência e da sua proteção contra riscos indevidos.

A AFPAD respeita a dignidade da pessoa humana e a promoção da justiça social através dos princípios que norteiam a sua atividade. Apoia uma cultura de comportamento ético e de atenção a todos os clientes, sendo esse conjunto da responsabilidade de todos os colaboradores.

Ao mesmo tempo, a AFPAD cria as condições necessárias à concretização deste comportamento ético presente em toda a atividade levada a cabo na e pela AFPAD.

O respeito pela dignidade humana passa por assegurar a proteção dos nossos clientes de diferentes tipos de abusos, criando as condições adequadas e um ambiente seguro. A criação de um ambiente seguro inclui as condições adequadas nas instalações. As responsabilidades e autoridades definidas estabelecem diretivas que asseguram a prestação de serviços em conformidade com esta política, assim como criam condições para a sua correta avaliação.

Por outro lado, a AFPAD apoia o desenvolvimento de condições de escolha informada (*empowerment*) de forma a potenciar iniciativas próprias de prevenção e reação, permitindo a autodefesa.

A satisfação dos clientes para com o respeito pela sua dignidade é conhecida, ao mesmo tempo que constantemente melhorada na sequência de momentos de revisão incluídos no sistema de gestão.

1.6 - Estratégia

- Melhorar continuamente a qualidade dos serviços através da implementação do sistema de gestão da qualidade;
- Melhorar os sistemas de informação e comunicação;
- Promover a eficiência dos recursos humanos através da formação e melhoria contínua;
- Investir em estruturas físicas, equipamentos e transportes;
- Criar estratégias para a sustentabilidade económico-financeira.

2. MENSAGEM DA DIREÇÃO

Caros Associados,

De acordo com os estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, cabe à Direção a apresentação do relatório de atividades e contas aos seus associados em assembleia geral.

É da sua competência a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos apropriados.

O relatório de atividades e contas tem por base garantir a transparência e a qualidade da informação a conceder aos associados, dado que divulga e demonstra a concretização dos objetivos e das ações realizadas. Importa referir que esta nova Direção tomou posse a 06 de junho de 2019, dando continuidade e desenvolvendo todo o trabalho encetado pela anterior Direção. Assumindo com sentido de responsabilidade todos os compromissos presentes e futuros, procurando, deste modo, promover e dar uma maior visibilidade da AFPAD na comunidade. Numa lógica de continuidade e sustentabilidade para capacitar um presente perfeito sustentado num passado seguro para um futuro mais que perfeito.

No ano 2019 foi aprovada a candidatura para o alargamento do acordo de cooperação da resposta social de CAO, de 20 para 28 clientes, que foi submetida ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social através do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), de acordo com o Aviso n.º 1/2018. Este acordo entrou em vigor em julho de 2019.

Assim, para dar continuidade ao futuro da Instituição na prossecução e continuidade do seu projeto e, para que a AFPAD consiga alcançar o sucesso com a eficiência e eficácia ambicionada, a Direção conta com o indispensável apoio dos clientes e parceiros pela preferência e confiança que em nós deposita, e ainda o profissionalismo e o envolvimento dos colaboradores na realização dos seus objetivos.

Estamos convictos que, dadas as contrariedades e adversidades, os desafios não foram e nem serão fáceis, pelo que acreditamos que todos os intervenientes são dignos do nosso reconhecimento pelo desempenho e trabalho desenvolvido. Pois, temos o entendimento que os



contratempos nos fortificam para continuar a lutar na defesa do direito à diferença e à sua integração.

Neste sentido, a Direção apresenta a todos os envolvidos neste projeto o nosso honroso agradecimento.

Vila Nova de Famalicão, 08 de março de 2020

Presidente da Direção

Maria do Rosário de Araújo Ferreira

3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

3.1 – Identificação

Designação:	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
Morada:	Rua António Sérgio, 103 4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO
Telefone:	252 378 790 / 252 378 791
E-mail:	geral@afpad.org
Web:	www.afpad.org
Facebook:	http://www.facebook.com/afpad.ipss
NIPC:	502 914 432
NISS:	2000 494 6450
CAE:	87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento 88102 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência sem alojamento 88910 – Atividades de cuidados para criança, sem alojamento
Matrícula:	Inscrição n.º 35/95, de fls. 46 e 46 vº do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social
Publicação:	Diário da República, III Série, n.º 211, de 12/09/1995 Diário da República, III Série, n.º 23, de 28/01/2003
Região NUTS:	NUTS III – Portugal – Norte - Ave
Caracterização Jurídica:	Outras Associações (IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social)

3.2 – Sede

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência está edificada num edifício na Rua António Sérgio, 103, composto por R/C e seis andares. A fração autónoma designada pela letra “A” correspondente ao R/C é propriedade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, conforme escritura efetuada no dia vinte e sete de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, no terceiro cartório notarial do Porto.

O edifício está contemplado com o alvará de licença de utilização n.º 494/2008, emitida pelo departamento de urbanismo e habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalício.

O edifício é repartido por setores, onde funcionam os serviços administrativos, a resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais, para além disto tem um espaçoso parque automóvel com um lugar de estacionamento para pessoas portadoras de deficiências e incapacidades e um lugar para ambulâncias, localizado na via pública mesmo em frente ao edifício.

3.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”

O funcionamento da resposta social de Lar Residencial “A Minha Casa” está edificada num edifício arrendado de tipologia T5, situado na Avenida João XXI, 1928 na freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão e é composto por R/C e um andar, anexos e um grande logradouro.

3.4 – Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da sede é o seguinte:

De segunda-feira a sexta-feira:

Abertura: 8:30h às 17:00h

Pausa almoço 12:30 h às 14:00 h

Sábado: Descanso Complementar.

Domingo: Descanso Obrigatório

O Lar Residencial “A Minha Casa” funciona 24 horas por dia, durante todo o ano.

4. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo 27º dos Estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, a Assembleia Geral reúne até 31 de março, para aprovação do relatório de contas do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal.

Nos termos das disposições estatutárias, compete à Direção elaborar o relato e as contas, conferindo-lhe, neste domínio, a responsabilidade dos restantes órgãos.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência apresenta o relatório de contas referente ao ano de 2019, elaborado de acordo com toda a sua atividade desenvolvida durante o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2019.

O presente relatório, visa divulgar e dar a conhecer principalmente aos seus associados, para além de outras partes interessadas na informação económica e financeira, a caracterização e o desenvolvimento de toda a sua atividade, exercida no decorrer do ano de 2019, assim como a análise dos resultados através das demonstrações financeiras.

Também divulgamos os factos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano de 2019, assim como os recursos e os meios aplicados, os resultados obtidos e o seu impacto em cada resposta social.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas conforme a legislação em vigor para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), e de acordo com as normas e diplomas divulgados no capítulo (capítulo IV) das demonstrações financeiras deste relatório.

Para a sua elaboração foram analisadas as demonstrações financeiras (Balanço, Anexo ao Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa), para além de outros documentos e peças contabilísticas extraídas do sistema informático e de gestão SAGE, (programa de contabilidade e de salários entre outros instrumentos informáticos de apoio à gestão).

Por último, uma referência aos resultados obtidos no período compreendido entre o dia 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, que apresenta na sua estrutura de gastos o valor total de **482 878,64 €** (quatrocentos e oitenta e dois mil e oitocentos e setenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos) e o valor total de **488 695,60 €** (quatrocentos e oitenta e oito mil e seiscentos e noventa e cinco euros e sessenta cêntimos) de rendimentos o que evidencia um apuramento de um resultado líquido positivo no valor de **5 816,96 €** (cinco mil oitocentos e dezasseis euros e noventa e seis cêntimos).

5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019

O salário mínimo nacional (SMN) a partir do dia 01 de janeiro de 2019 passou a ser de 600,00 €, ou seja, aumentou 20,00 € (580,00 € para 600,00 €)

Durante o ano de 2019, o subsídio de refeição dos colaboradores foi pago em espécie (refeição).

Em fevereiro de 2019, a AFPAD recebeu o valor de 1 873,02€, referente à consignação de 0,5 % do IRS e 36,54 € referente à consignação de IVA.

A Auchan (eis Jumbo), efetuou um donativo no valor de 1 882,00 euros, referente ao projeto e campanha de Natal na compra de um peluche que designaram de “Júlio.”.

No mês de julho o acordo de cooperação com a segurança social, relativamente à resposta social do centro de atividades ocupacionais (CAO) passou de 20 para 28 utentes.

De 15 a 26 de julho, foi realizada a colónia de férias para os clientes do centro de atividades ocupacionais e do Lar Residencial que teve a comparticipação financeira no valor de 2 585,12 euros, do INR. “Projeto cofinanciado pelo programa de financiamento a projetos pelo INR, I.P.”

Em agosto de 2019 foram atualizados em 3,5 % os valores recebidos das comparticipações dos acordos de cooperação com a segurança social, referente às respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e de Lar Residencial com retroativos a contar de janeiro de 2019.

Em outubro de 2019 foram atualizados em 3,5 % os valores recebidos das comparticipações dos acordos de cooperação com a segurança social, referente à resposta social de Intervenção Precoce na Infância. com retroativos a contar de janeiro de 2019.

Em dezembro foi recebido um subsídio da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no valor de 10 000,00 euros.

Durante o ano de 2019 a AFPAD recebeu o valor de 950,00 € relativo a entregas de injunções impostas pelo tribunal judicial de Vila Nova de Famalicão.

CAPÍTULO II – RECURSOS HUMANOS

1. INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos humanos processou-se de moldes análogos a anos anteriores, com as alterações julgadas convenientes em cada momento, na estrutura de funcionamento, apresentando-se com pequenos ajustamentos (substituição de baixas médicas de curta duração) de reorganização e adequação dos recursos existentes.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência labora no regime normal de trabalho de acordo com o Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro de 2009 e posteriores alterações, assim como também aplica o contrato coletivo de trabalho publicado no (BTE) Boletim de Trabalho e Emprego N.º 31 de 22 de agosto de 2015.

2. QUADRO DE PESSOAL

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conta com a colaboração de um total de 24 profissionais, inscritos nos quadros de pessoal durante o ano de 2019.

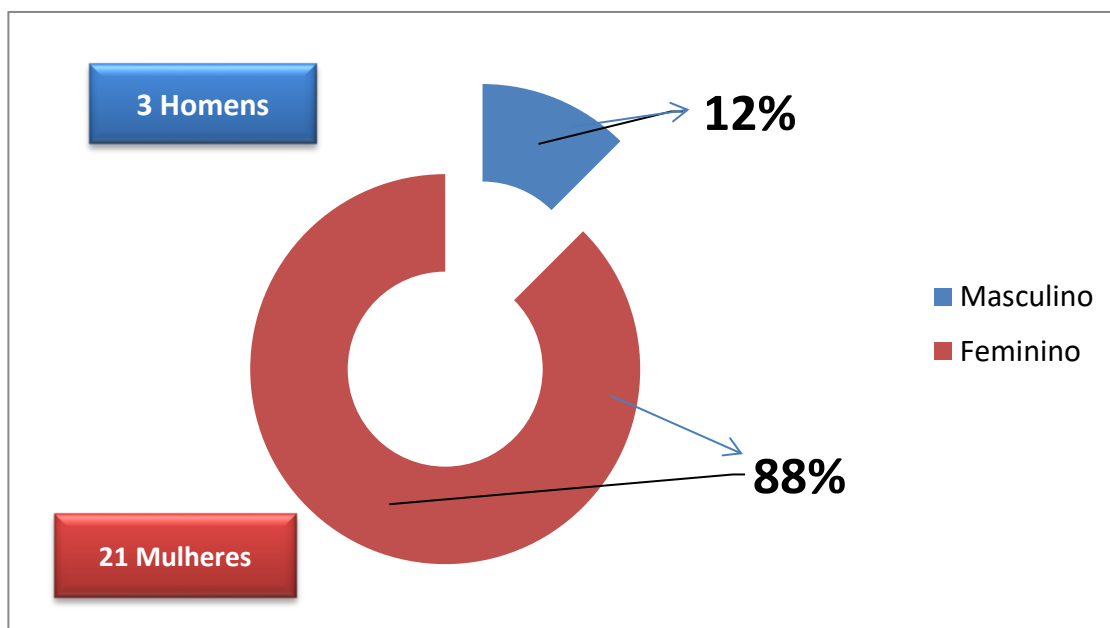


Gráfico N.º 1 - Colaboradores

Do total dos 24 profissionais, uma colaboradora está a substituir outra, por motivo de incapacidade para o trabalho por tempo indeterminado de longa duração, derivada de acidente de trabalho.

Durante o ano de 2019, entraram para os quadros de pessoal 2 colaboradoras e saíram outras 2 colaboradoras.

Uma colaboradora apresentou de forma voluntaria a rescisão do contrato de trabalho.

A outra saída de uma colaboradora ocorreu no período experimental, por inadaptação ao trabalho.

No entanto existiram outras entradas e saídas de profissionais, para substituição de baixas médicas ou acidentes de trabalho de curta duração.

No gráfico seguinte é apresentado o número de colaboradores e percentagem em que estão afetos a cada resposta social.

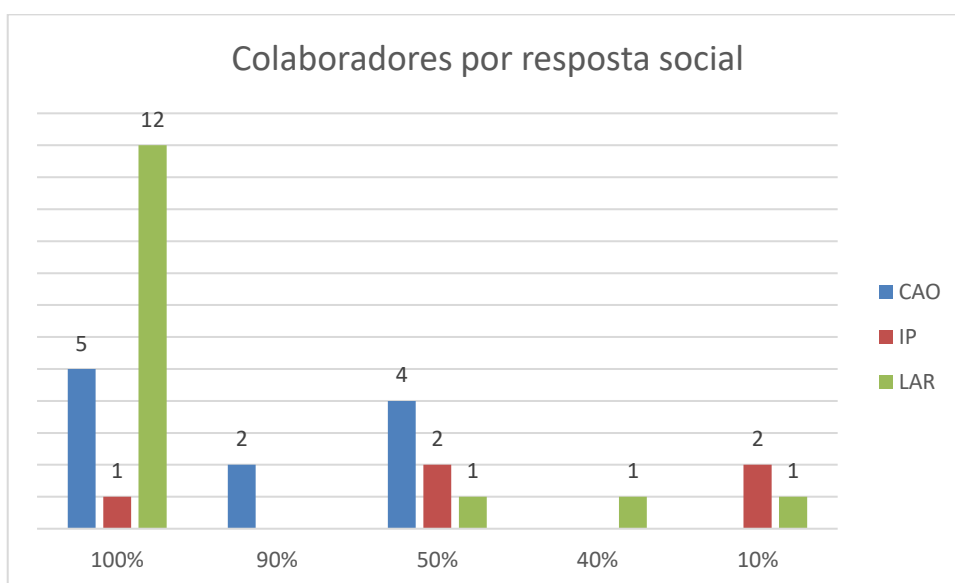


Gráfico N.º 2 - Afetação de colaboradores por resposta social

Na tabela seguinte é apresentado a média de colaboradores nos anos de 2019, 2018 e 2017, assim como as entradas e saídas de colaboradores da organização.

Colaboradores	2019	2018	2017
Média	24	24	24
Entradas	2	3	2
Saídas	2	3	4

Tabela 1 – Média, Entradas e Saídas

CAPÍTULO III – ATIVIDADE

1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

1.1 Enquadramento

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo DL n.º281/2009, de 06 de Outubro, prevê a criação de Equipas Locais de Intervenção (ELI) através da atuação coordenada pelos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, da Saúde, e da Educação. A AFPAD integra a ELI de Vila Nova de Famalicão, em articulação com os profissionais de Educação do Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce (Bernardino Machado) e da Saúde (CHMA e Centro de Saúde), assegurando desta forma a resposta social de Intervenção Precoce na Infância (IPI) às crianças e famílias deste concelho.

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “...um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na família e na criança...”. “...abrange crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com alterações nas funções estruturais do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”.

Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social compete, nomeadamente, promover a cooperação ativa com as IPSS e instituições equiparadas, de modo a celebrar acordo de cooperação para efeitos de contratação de profissionais de serviço social, terapeutas e psicólogos para integrarem as Equipas Locais de Intervenção (ELI).

Legislação aplicável:

Decreto-lei n.º 281/2009, publicado no Diário da República, 1.ª Série – N.º 193 de 06 de outubro de 2009,

Portaria n.º 293/2013 de 26 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª Série – N.º 186 de 26 de setembro de 2013.

1.2 Crianças Sem Apoio

À data de 31 de dezembro de 2019 esta resposta social apresentava cerca de 51 crianças identificadas e fora da lista de crianças apoiadas.

1.3 Frequência de Crianças

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo atípico) para a resposta social de Intervenção Precoce (IPI – ELI 4 – Vila Nova de Famalicão) de 40 utentes.

Em 2018 a frequência média mensal foi de 100 crianças e em 2019 foi de 98 crianças.

2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

2.1 Enquadramento

O Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Este serviço é destinado a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva; cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 18/89, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 9 - de 11 de Janeiro de 1989.

Despacho n.º 52/SESS/90, publicado no Diário da República, 2 Série - N.º 162 - de 16 de Julho de 1990.

2.2 Lista de candidatos

À data de 31 de dezembro de 2019 a resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 12 candidatos inscritos na lista de candidatos.

2.3 Frequência dos Clientes

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo típico) para a resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) de 28 utentes.

Em 2019 a frequência média mensal foi de 24 utentes. Só a partir de julho de 2019 é que passou para os 28 utentes. Em 2018 a média foi de 20 utentes.

3. LAR RESIDENCIAL

3.1 Enquadramento

O Lar Residencial é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

Esta resposta social destina-se a pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos, ou para pessoas com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas

Legislação aplicável:

Despacho normativo n.º 28/2006, publicado no Diário da República, 1 Série B- N.º 85 - de 03 de maio de 2006 e portaria n.º 59/2015 de 2 de março, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 42 - de 02 de março de 2015.

3.2 Lista de candidatos

À data de 31 de dezembro de 2019 a resposta social de Lar Residencial apresentava 13 candidatos inscritos na lista de candidatos.

3.3 Frequência dos Clientes

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo típico) para a resposta social de Lar Residencial de 12 utentes.

Em 2019 e 2018 a frequência média mensal foi de 12 utentes.

4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Nos dias 18 e 19 de setembro de 2017, foi efetuada pela APQ – Agência Portuguesa da Qualidade a auditoria externa, para a avaliação e certificação da qualidade pelo referencial EQUASS – Assurance Nível I.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) obteve a renovação do certificado da qualidade dos seus serviços, nas respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial com validade de 09 de outubro de 2017 a 09 de outubro de 2019.

A AFPAD tem em curso a renovação do sistema de gestão da qualidade.

CAPÍTULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 INTRODUÇÃO

1.1 Macroambiente

De acordo com a atualização do “World Economic Outlook” (WEO), o crescimento da zona euro deverá acelerar de 1,2 % em 2019 para 1,3 % em 2020 (numa revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais face ao relatório de outubro do ano passado) e para 1,4 % em 2021, “tendo em conta as melhorias projetadas para a procura externa”.

O FMI reviu também em baixa as suas estimativas para a economia mundial, prevendo que tenha crescido 2,9 % em 2019 (menos 0,1 pontos percentuais) e que progrida 3,3 % em 2020 (menos 0,1 pontos percentuais) e 3,4 % em 2021 (menos 0,2 pontos percentuais), sobretudo penalizadas pelo desempenho de economias emergentes como a Índia.

Pela positiva, o FMI refere que “o sentimento dos mercados foi estimulado por sinais de que a atividade industrial e o comércio internacional estarão perto da retoma; por uma reorientação geral no sentido de uma política monetária acomodatória; por notícias intermitentemente favoráveis acerca das negociações comerciais entre os EUA e a China; e por menos receios quanto a um “Brexit” sem acordo”.

O enquadramento externo da economia portuguesa tornou-se menos favorável em 2019, perspetivando-se uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio.

Os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que a economia portuguesa cresceu 2,2 % em 2019.

No ano de 2019, a taxa de inflação em Portugal, fixou-se em 0,3 %, de acordo com a divulgação do Instituto Nacional de Estatística (INE), menos 0,7 % do que em 2018 que foi de 1%.

No que concerne à previsão para a Taxa de Inflação para 2020 a oscilação no cenário base ou adverso é, no entanto, marginal. A previsão do Banco de Portugal aponta para que os preços ou cresçam muito marginalmente 0,1 % ou que registem mesmo uma queda de 0,2 %, pelo que a taxa de inflação em Portugal para o ano de 2020 tende para zero.

Em 2019 a taxa de desemprego ficou situada nos 6,5 %, tendo baixado 0,5 % face a 2018, segundo os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A população desempregada 339,5 mil pessoas, diminui 7,2 % em relação ao ano anterior, também segundo os dados do INE.

1.2 A economia social

Em 2017, foi publicado pelo Comité Económico e Social Europeu o relatório sobre a “Evolução recente da economia social na União Europeia, onde sintetiza os seguintes resultados estatísticos:

- A economia social europeia assegura mais de 13,6 milhões de empregos remunerados na Europa;
- O equivalente a cerca de 6,3 % da população ativa da União Europeia (28 estados membros);
- O emprego a 19,1 milhões de trabalhadores, remunerados e não remunerados; mais de 82,8 milhões de voluntários, equivalente a 5,5 milhões de trabalhadores a tempo inteiro;
- Mais de 232 milhões de membros de cooperativas, sociedades mútuas e entidades semelhantes;
- Mais de 2,8 milhões de entidades e empresas do setor solidário.

No dia 20 de dezembro de 2016 o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) apresentou o relatório da conta satélite da economia social, que é um trabalho desenvolvido em parceria com a cooperativa António Sérgio para a economia social. Este relatório é a segunda edição com dados relativos ao ano de 2013, enquanto a primeira edição foi efetuada com base no ano de 2010 e publicada em 2013.

De acordo com os resultados da conta satélite da economia social, em 2013 a economia social representou 2,8 % do valor acrescentado bruto (VAB) nacional, 5,2 % das remunerações, 6 % do emprego remunerado e 5,2 % do emprego total (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho Equivalente a Tempo Completo). A remuneração média da economia social correspondia a 86,4 % da média nacional.

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), no âmbito da candidatura N.º POISE-03-4639FSE-000007 de 2 de agosto de 2016, elaborou um estudo sobre a importância económica e social das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

O estudo compilou e tratou contas de demonstração de resultados e balanços relativos a 2016 para um conjunto de 565 IPSS do Continente e Regiões Autónomas, que corresponde a 10 % do número total de IPSS ativas. Da análise efetuada conclui-se o seguinte:

- O valor pago pelos utentes corresponde a 31,7 % do total dos rendimentos das IPSS;

- Os subsídios à exploração de entidades públicas correspondem a 46,12 % do total de rendimentos, sendo 38,75 % provenientes da segurança social, 6,59 % provenientes de outras entidades da administração central e 0,78 % das autarquias locais;
- Os gastos de pessoal são, de longe, a principal componente dos custos das IPSS, onde representam 58,41 %, muito acima do que acontece não só nas sociedades não financeiras (14,16 %), mas também nas entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social (entre 43,4 e 45,4 %);
- Em 2016, 42,12 % das 565 IPSS analisadas neste estudo tiveram resultado líquido negativo.

2. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de março de 2011, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL), e pelo aviso n.º 8259/2015 publicado no Diário da República n.º 146, 2 Série, de 29 de julho de 2015 que substitui o aviso n.º 6726-B/2011 publicado no Diário da República n.º 51, 2 Série, de 14 de março de 2011, que visa estabelecer os principais aspetos de reconhecimento e mensuração, com as adaptações inerentes a este tipo de entidades (ESNL).

A Normalização Contabilística para as ESNL corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro.

As entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

Balanço;

Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão e dos recursos a ele confiados.

2.1 Características das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Uma apresentação apropriada exige que uma entidade:

Selecione e adote políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL;

Apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível;

Proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos na NCRF-ESNL possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos interessados.

2.2 Continuidade

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o órgão de gestão deve fazer uma avaliação da capacidade de a entidade prosseguir como em entidade em continuidade. As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, a menos que existam circunstâncias anormais em que se deva considerar um horizonte temporal para a entidade, caso em que no anexo se indica tal facto, assim como os critérios utilizados na elaboração da informação financeira.

No entanto, nas ESNL, este princípio não corresponde a um conceito económico ou financeiro puro, mas antes a manutenção da atividade de prestação de serviços da entidade cumprir os fins propostos.

Ao avaliar se o pressuposto da entidade em continuidade é apropriado, o órgão de gestão deve tomar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir da data do balanço.

O órgão de gestão deve divulgar as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir em continuidade.

2.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)

Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, exceto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

2.4 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para outro, amenos que seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou uma revisão das respetivas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação seria mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL.

Uma entidade altera a apresentação das suas demonstrações financeiras apenas se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras e se for provável que a estrutura revista continue, de modo que a comparabilidade não seja prejudicada. Ao efetuar tais alterações na apresentação, uma entidade reclassifica a sua informação comparativa.

2.5 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Consideram-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que a rodeiam.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de fluxos de caixa ou anexo.

2.6 Informação Comparativa

Regra geral, a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser

incluída para a informação descritiva, quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A Tabela seguinte apresenta os gastos e os rendimentos e respetivos resultados no período de 2019 e 2018.

Demonstração dos Resultados por Naturezas				
Rendimentos e Gastos	2019	2018	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	85 132,16 €	82 651,60 €	3,00 %	2 480,56€
Subsídios, doações legados á exploração	377 715,52 €	351 542,59 €	7,45 %	26 172,93€
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Trabalho para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-36 044,04 €	-33 666,94 €	7,06 %	2377,10€
Fornecimentos e Serviços Externos	-56 961,76 €	-69 306,71 €	-17,81 %	-12344,95€
Gastos com Pessoal	-361 211,34 €	-362 542,31 €	-0,37 %	-1330,97 €
Ajustamentos de Inventário	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Imparidades de dívidas a receber	-24,00 €	-3 267,02 €	-99,27 %	-3243,02 €
Provisões (aumentos/reduções)	-2 128,00 €	0,00 €	100,00 %	2 128,00 €€
Provisões Específicas	0,00 €	0,00 €		€
Outras Imparidades	0,00 €	0,00 €		€
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,00 €	0,00 €		€
Outros Rendimentos e Ganhos	25 842,85 €	76 517,86 €	-66,23 %	-50 675,01€
Outros Gastos e Perdas	-959,91 €	-717,06 €	33,87 %	242,85€
Resultado antes de Depreciações	31 361,48 €	41 212,01 €	-23,90 %	-9 850,53€
Gastos/Reversões de Depreciação	-24 659,58 €	-21 354,92 €	15,48 %	3 304,66€
Resultado Operacional	6 701,90€	19 857,09€	-66,25 %	- 13 155,19€
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	5,07 €	55,93 €	-90,94 %	- 50,86€
Juros e Gastos Similares Suportados	-890,01 €	-1 008,38 €	-11,74 %	- 118,37€
Resultado Antes de impostos	5 816,96 €	18 904,64 €	-69,23 %	- 13 087,68€
Imposto sobre Rendimento do Período	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 €
Resultado Líquido do Período	5 816,96 €	18 904,64 €	-69,23 %	- 13 087,68€

Tabela 2 – Demonstração dos resultados por natureza

A rubrica das vendas e serviços prestados refere-se vendas de produtos artesanais, das participações efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial e das cotas de associado. Esta rubrica representa 17,42 % do total dos rendimentos.

Desagregando as duas contas, as vendas diminuiram ligeiramente o seu valor (1.884,48 € em 2018 e 1 509,37 € em 2019) sendo a diferença de 375,11 € respetivamente.

As vendas representam 0,31 % do total de rendimentos.

As participações de clientes mantiveram-se praticamente inalteradas para a resposta social de Lar Residencial e um ligeiro aumento na resposta social do Cento de Atividades Ocupacionais. Este aumento de 2018 para 2019 (79 375,12 € em 2018 e 82 302,79 € em 2019) deve-se ao aumento da capacidade da resposta de 20 para 28 utilizadores a partir de julho de 2019, sendo a diferença de 2 927,67 €, ou seja, a partir desta data passou a ter mais 8 utilizadores.

O valor recebido das cotas dos associados diminuiu 5,17 % (1 392,00 € para 1 320,00 €).

As participações de clientes representam 16,84 % do total de rendimentos e as quotas de associados representam 0,27 % do total de rendimentos.

A rubrica de subsídios, doações legados à exploração representa as transferências efetuadas pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Braga para as respostas sociais e o valor recebido do Município de Vila Nova de Famalicão. Esta rubrica apresenta um aumento de 10,17 % em relação ao ano anterior e que se deve ao facto da atualização do valor dos acordos de cooperação com a segurança social e do já referido aumento dos utilizadores da resposta social do centro de atividades ocupacionais de 20 para 28 desde julho. Esta rubrica representa cerca de 77,29 % do total dos rendimentos.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é tal como o nome indica, apresenta rendimentos de várias origens. É onde estão evidenciados os valores recebidos de donativos monetários e os donativos em géneros, a imputação de subsídios ao investimento, o valor recebido do Instituto Nacional de Reabilitação (INR.IP), o valor recebido da consignação do IRS (0,5 % do IRS) e outros valores recebidos pela realização de eventos a favor da AFPAD.

Os donativos monetários aumentaram em cerca de 77,31 % (1 733,00 € para 7 640,30 €), sendo que os donativos em géneros foi de 769,89 €, que corresponde ao donativo do banco alimentar da Auchan (Jumbo).

O subsídio ao investimento no valor de 12 031,00 €, referente ao projeto do BPI Capacitar e ao subsídio do investimento das viaturas.

Relativamente ao INR, I.P. o valor recebido neste ano para a colónia de férias, foi de 2.585,12 €, de acordo com o “Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos”.

A consignação de 0,5 % do IRS rendeu o valor de 2 111,53 €.

Outros rendimentos e ganhos representam 5,28 % do total dos rendimentos.

A rubrica de juros e outros rendimentos, o valor apresentado é considerado sem significado.

A rubrica de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas referem-se aos produtos e géneros alimentares consumidos no Centro de Atividades Ocupacionais e no Lar Residencial e regista um aumento de 6,59 %. Esta rubrica representa cerca de 7,46 % do total dos gastos.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, engloba os consumos de água, eletricidade, combustíveis, gás, material de escritório, comunicações (internet, telemóveis e telefones), reparações e conservação (edifícios e viaturas), renda e alugueres, honorários, serviços especializados, seguros, produtos de limpeza e higiene e outros fornecimentos.

Esta rubrica apresenta uma diminuição de 21,67 % em relação ao ano anterior (2018).

Esta rubrica representa 11,79 % dos gastos totais.

A rubrica de gastos com o pessoal quase que não apresenta variação absoluta em relação ao ano transato. De referir que se procedeu à atualização dos salários, e de acordo com a atualização do salário mínimo nacional (SMN), que passou de 580,00 € para 600,00 €.

No ano de 2019 já não faz parte desta conta a imputação dos gastos com dois estágios profissionais que ocorreram no ano anterior.

Esta rubrica representa 74,80 % dos gastos totais.

A rubrica de gastos de depreciações e amortizações, apresentam um aumento de 13,41 % devido essencialmente às aquisições de ativo fixo tangível e a conclusão da rede de incêndio na sede.

Esta rubrica representa 5,11 % do total dos gastos.

A rubrica de perdas por imparidade apresenta uma diminuição significativa em relação ao ano anterior. O valor apresentado no ano anterior refere-se essencialmente a perdas por imparidades de clientes e uma percentagem mínima referente à desistência de sócios, enquanto o valor apresentado neste ano refere-se só à desistência de um sócio.

A rubrica de provisões do período refere-se às provisões criadas referente a clientes do centro de atividades ocupacionais e do Lar Residencial.

Esta rubrica representa 0,44 % do valor total dos gastos.

A rubrica de outros gastos e perdas refere-se a diversos gastos, tais como gastos com o pagamento de taxas, da quotização de cota de associado da UDIPSS de Braga, do valor pago de coimas e o valor pago por apoios concedidos a clientes no âmbito das atividades socialmente úteis internas.

Esta rubrica representa 0,19 % do total dos gastos.

A rubrica de gastos e perdas de financiamento refere-se essencialmente aos gastos com os juros do empréstimo obtido e teve uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior em cerca de 13,29 %.

Esta rubrica representa cerca de 0,18 % dos gastos totais.

De acordo com a demonstração dos resultados por naturezas o resultado líquido apurado no ano de 2019 corresponde a um resultado líquido positivo no valor de **5 816,96 €**.

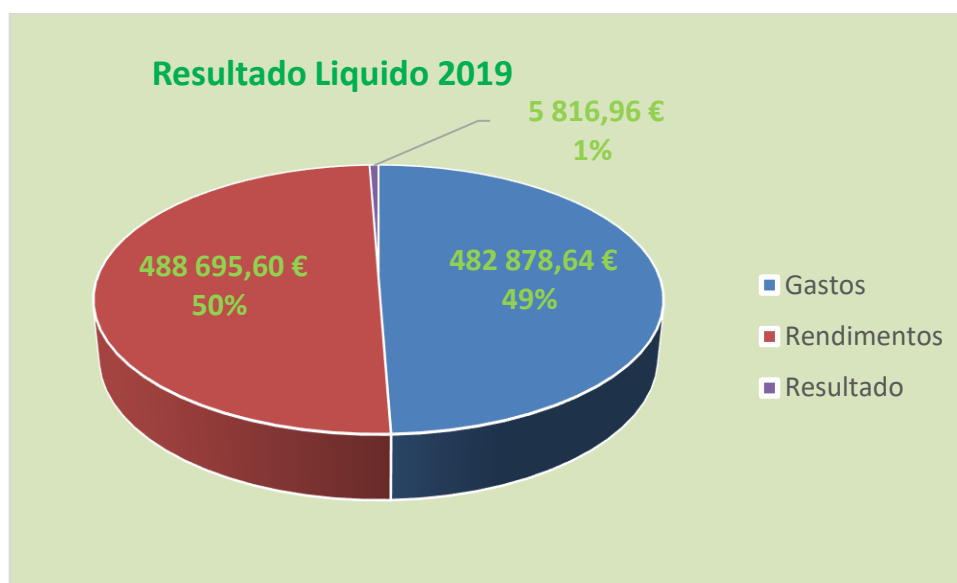


Fig. 1 – Resultado Líquido 2019

3.1 Proposta do resultado líquido do período

Propomos que o resultado líquido do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, no valor positivo de 5 816,96 €, seja levado à conta de resultados transitados.

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na tabela seguinte apresentamos a demonstração dos fluxos de caixa à data do período findo em 31 de dezembro do ano de 2019 e 2018.

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		84 307,72 €	75 634,76 €
Pagamento de Fornecedores		-81 460,28 €	-87 126,61 €
Pagamentos ao Pessoal		-240 019,19 €	-246 313,56 €
Caixa gerada pelas operações		-237 171,75 €	-257 805,41 €
Pagamento/Recebimento imposto sobre rendimento		-25 998,25 €	-22 352,00 €
Outros Recebimentos / Pagamento	13.1	267 256,71 €	227 181,20 €
Fluxo caixa das atividades operacionais (1)		4 086,71 €	-52 976,21 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Subsídio ao Investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		5,07 €	55,93 €
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		5,07 €	55,93 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	8.1	2 585,12 €	1 579,94 €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	10.1	-17 058,80 €	-6 145,13 €
Juros e Gastos Similares		-674,22 €	-1 008,28 €
Fluxo de Caixa da Atividades de Financiamento (3)		-15 147,90 €	-5 573,57 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-11 056,12 €	-58 493,85 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		70 659,55 €	129 153,40 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		59 603,43 €	70659,55 €

Tabela 3 – Demonstração dos fluxos de caixa

5. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Valores em euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	98 197,08 €	118 866,90 €
Bens do Património Histórico e Cultural			
Propriedades de Investimento			
Ativos Intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		1 248,31 €	725,08 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		99 445,39 €	119 591,98 €
Ativo Corrente			
Inventários	7	205,74 €	159,21 €
Créditos a receber		8 344,87 €	8 705,86 €
Estado e Outros Entes Públicos		710,52 €	4 730,50 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		792,00 €	936,00 €
Diferimentos	12.5	2 950,36 €	981,20 €
Outros ativos correntes	12.4	4 277,77 €	2 962,77 €
Caixa e Depósitos Bancários	12.2	59 603,43 €	70 659,55 €
		76 884,69 €	89 135,09 €
Total do Ativo		176 330,08 €	208 727,07 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		80.013,98 €	80.013,98 €
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados		-16 498,86 €	-35 403,50 €
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		23 440,50 €	35 471,50 €
		86 955,62 €	80 081,98 €
Resultado Líquido do Período		5 816,96 €	18 904,64 €
Total do Fundo de Capital		92 772,58 €	98 986,62 €
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões		2 128,00 €	
Provisões Específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos	10.1	0,00 €	17 058,80 €
Outras Contas a Pagar		0,00€	0,00€
		2 128,00 €	17 058,80 €
Passivo Corrente			
Fornecedores		19 797,38 €	18 457,26 €
Adiantamentos de Clientes			
Estado e outros Entes Públicos	12.3	8 511,37 €	16 086,73 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00€	0,00€
Outras Contas a Pagar	12.4	53 120,75 €	58 137,66 €
Outros Passivos correntes		0,00 €	0,00 €
		81 429,50 €	92 681,65 €
Total do Passivo		83 557,50 €	109 740,45 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		176 330,08 €	208 727,07 €

Tabela 4 – Balanço 2019

A análise do balanço está reportada no anexo em Rácios, nos pontos 14.1; 14.2 e 14.3.

CAPÍTULO V - ANEXO

Nos termos da Portaria nº 220/2015, publicado no Diário da República, I Série – N.º 143 de 24 de julho de 2015, (que revoga a Portaria nº 105/2011, de 14 de março de 2011) as divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos na Norma Contabilística de Relato Financeiro a efetuar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) relativamente ao anexo, são as que correspondem ao referido no anexo 16 da mencionada portaria nº 220/2015, de 24 de julho de 2015.

Assim, cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deve efetuar.

1. Identificação da entidade:

1.1 Denominação da entidade:

Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD).

Número de identificação de pessoa coletiva: 502 914 432

1.2 Lugar da sede social:

RUA ANTÓNIO SÉRGIO, 103

4760-298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

1.3 Natureza da atividade:

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento. – CAE 87302

2. Referencial contabilístico preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República, I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) e que inclui:

- a) Balanço.
- b) Demonstração de Resultados por Natureza.
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Anexo.

A base para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF) é composto pelos seguintes instrumentos:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, publicado no Diário da República N.º 143, de 24 de julho de 2015, (que revoga a portaria n.º 105/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de março de 2011), devendo o respetivo Anexo corresponder ao Anexo nº 16 da mesma Portaria (Portaria nº 220/2015);
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, publicado no Diário da República, I Série N.º 142, de 23 de julho de 2015 (que revoga a Portaria n.º 106/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 51 de 14 de março de 2011);
- Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL); Aviso n.º 6726-B/2011, publicado no Diário da República, N.º 51 de 14 de março de 2011; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência na elaboração das Demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos registos contabilísticos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) e as bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a AFPAD continuará a operar no futuro, prevendo-se a manutenção da atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir com os fins propostos, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam ou dizem respeito, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a receber e a pagar – devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

c) Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza das operações que, nesse caso, serão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

d) Materialidade e agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

e) Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, dos rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

f) Informação comparativa

As Demonstrações Financeiras de 2017 permitem a comparação de todas as quantias relatadas com respeito ao período anterior (2016).

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras relativas ao ano de 2017 foram elaboradas no pressuposto da continuidade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência e de duração por tempo indeterminado, pelo que se prevê a sua continuidade no curto prazo ou futuro próximo.

3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras não foram tidos outros pressupostos que não o da continuidade.

Não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados, salvaguardando-se a possibilidade de acontecimentos imprevisíveis e/ou extraordinários e totalmente alheios à vontade da Associação famalicense de Prevenção e Apoio á Deficiência (AFPAD).

4. Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.
- b) Os gastos subsequentes que a AFPAD tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.
- c) As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes em duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, e em conformidade com as percentagens divulgadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro de acordo com o código e divisão do elemento do ativo depreciável ou amortizável, de acordo com a tabela abaixo mencionada.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Líq.
Terreno	1997	10 599,46 €				10 599,46 €
Edifícios	1997	31 798,36 €	02,00 %	635,97 €	12 083,43 €	19 714,93 €
Edifícios	2001	147 632,79 €	02,00 %	29 52,65 €	118 106,19 €	29 526,60 €
Edifícios	2001	16 776,24€	10,00%	0,00 €	16 776,24€	0,00 €
Edifícios	2001	26 475,29 €	16,66 %	0,00 €	26 475,29 €	0,00 €
Edifícios	2018	33 246,13 €	10,00 %	3 303,43 €	3 303,43 €	29 942,70 €
Equipamento Administrativo	2008	886,67 €	16,66 %	0,00 €	886,67 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	799,19 €	16,66 %	0,00 €	799,19 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	402,57 €	20,00 %	0,00 €	402,57 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2010	1 440,12 €	20,00 %	0,00 €	1 440,12 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2011	263,99 €	20,00 %	0,00 €	263,99 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	Vários	43 345,30 €		0,00 €	43 345,30 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2014	785,00 €	16,66 %	130,83 €	741,37 €	43,63 €
Equipamento Administrativo	2018	1 342,34 €	100,00 %	0,00€	1 342,34 €	0,00 €
Equipamento Básico	2009	11 386,29 €	16,66 %	0,00 €	11 386,29 €	0,00 €
Equipamento Básico	Vários	32 442,13 €		0,00 €	32 442,13 €	0,00 €
Equipamento Básico	2013	1 660,50 €	16,66 %	230,62 €	1 660,50 €	0,00 €
Equipamento Básico	2013	1 050,00 €	16,66 %	175,00 €	1 050,00 €	0,00 €
Equipamento Transporte	1997	14 963,94 €	20,00 %	0,00 €	14 963,94 €	0,00 €
Equipamento Transporte	2016	62 730,00 €	25,00 %	15 682,50 €	54 888,66 €	7 841,34 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	535,05 €	12,50 %	66,88 €	390,10 €	144,95 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	920,06 €	10,00 %	92,00 €	536,60 €	383,46 €
Equipamento Administrativo	2017	399,00 €	100,00 %	0,00 €	399,00 €	0,00 €
Equipamento Básico	2017	262,98 €	100,00 %	0,00 €	262,98 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2019	999,45 €	100,00 %	999,45 €	999,45 €	0,00 €
Kit Emergência	2019	390,25 €	100,00 %	390,25 €	390,25 €	0,00 €
TOTAIS		443 533,10 €		24 659,58 €	345 336,03 €	98 197,07 €

Tabela 5 – Ativos fixos tangíveis

5. Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período; que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações, à data de 31 de dezembro de 2018 encontram-se na tabela seguinte.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Liq.
Programas informáticos	2011	734,31 €	33,33 %	0,00 €	734,31 €	0,00 €
Programas informáticos	2007	940,00 €	33,33 %	0,00 €	940,00 €	0,00 €
TOTAIS		1 674,31 €		0,00 €	1 674,31 €	0,00 €

Tabela 6 – Ativos intangíveis

6. Custos de empréstimos obtidos

Para aquisição das duas viaturas adaptadas, foi contraído empréstimo bancário no valor de 31.500,00 €, através do Novo Banco. Este empréstimo foi regularizado em dezembro de 2019.

Os juros suportados com este empréstimo em 2019 ascenderam no valor de 579,57 €.

7. Inventários

O método utilizado na contabilização do inventário é o “inventário intermitente”.

Os inventários encontram-se registados ao custo de aquisição, à data de 31 de dezembro de 2019. A mensuração das existências finais é apurada no final do período com base na contagem física dos bens, utilizando-se a fórmula do apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

$CMVMC = \text{Existência Inicial} + \text{Compras} +/- \text{Regularizações} - \text{Existência Final}$

A quantia de inventários escriturada pelo custo corrente, à data de 31 de dezembro de 2019 e à data de 31 de dezembro de 2018, encontra-se no quadro seguinte.

O Inventário refere-se só a géneros alimentares, quer da Sede quer do Lar Residencial.

Descrição	2019	2018
Saldo Inicial	159,21 €	206,78 €
Compras	36 090,57 €	33 632,87 €
Regularizações	0,00 €	- 13,50 €
Saldo Final	- 205,74 €	-159,21 €
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	33.,94€	33.666,94€€

Tabela 7 – Inventários

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018a conta mercadorias apresentava o seguinte saldo.

Descrição	Valor 2019	Valor 2018
Géneros alimentares – Centro Atividades Ocupacionais	163,20 €	140,19 €
Géneros alimentares – Lar Residencial	42,54 €	19,02 €
Total	205,74 €	159,21 €

Tabela 8 – Conta de mercadorias

8. Rendimentos e gastos

8.1 Rédito

O rédito reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme a tabela seguinte:

Rubricas	2019	2018
Vendas	1 509,37 €	1 884,48 €
Prestação de Serviços	83 622,79 €	80 767,12 €
Outros Rendimentos e ganhos	25 842,85 €	76 517,86 €
Total	110 975,01€	159 169,46 €

Tabela 9 – Vendas e prestações de serviços e outros rendimentos

Vendas – Esta rubrica diz respeito às vendas de trabalhos manuais efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial.

Prestação de serviços– Esta rubrica diz respeito às participações dos clientes do Lar Residencial, do Centro de Atividades Ocupacionais e das Quotizações de Associados.

Outros rendimentos e ganhos – De acordo com a tabela seguinte:

Designação	2019	2018
Dia Internacional Família	175,01 €	0,00 €
Kit Vestuário	530,00 €	0,00 €
INR, I.P.	2 585,12 €	1 579,94 €
Consignação 0,5 % IRS	2 111,53 €	1 909,56 €
Erasmus +	0,00 €	31 622,00 €
Donativos monetários e géneros	8 410,19 €	1 925,36 €
Imputação Subsídio Investimento	12 031,00 €	39 481,00 €
Total	25 842,85 €	76 517,86 €

Tabela 10 – Outros rendimentos e ganhos

A designação de INR refere-se ao Instituto Nacional de Reabilitação. A AFPAD apresentou uma candidatura a este projeto, para o desenvolvimento de uma colónia de férias (praia) para os clientes de Lar Residencial e do Centro de Atividades Ocupacionais e foi o valor atribuído pelo INR para a concretização desta atividade, no âmbito do projeto cofinanciado pelo programa de financiamentos a projetos pelo INR, I.P.

Os donativos monetários e géneros no ano de 2019 dividem-se da seguinte forma:

Donativos monetários atingiram o valor de 6 790,30 €.

Injunções do ministério público (Tribunal) a cidadãos por infrações legais, o valor de 950,00 €

Donativos em géneros atingiram o valor de 669,89 €.

A imputação subsídios ao investimento refere-se à imputação do subsídio recebido do Fundo de Socorro Social para o financiamento da compra de duas viaturas de transporte adaptado e da imputação do subsídio ao investimento por parte do projeto do BPI Capacitar.

8.2 Gastos

Outros gastos e perdas à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Designação	2019	2018
Quotizações	220,00 €	220,00 €
Apoio financeiro concedido a clientes (ASUS)	253,99 €	358,70 €
Taxas e multas não fiscais	485,92 €	138,36 €
Total	959,91 €	717,06 €

Tabela 11 – Gastos

9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos na conta de subsídios e apoio do Governo.

Descrição	2019	2018
ISS – Centro Atividades Ocupacionais (CAO)	157 366,80 €	124 972,80 €
ISS – Intervenção Precoce na Infância (IPI)	57 279,60 €	57 417,60 €
ISS – Lar Residencial “A Minha Casa”	153 069,12 €	147 892,32 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	0,00 €	11 259,87 €
Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão	10 000,00 €	10 000,00 €
Totais	377 715,52€	351 542,59€

Tabela 12 – Subsídios do estado

10. Instrumentos financeiros

10.1 Dívidas a instituições de crédito

Em julho de 2016 foi contraído um empréstimo bancário no valor de 31.500,00 €, através da instituição bancária Novo Banco.

No ano de 2019 foi decidido antecipar a liquidação total do empréstimo pelo que foi liquidado o valor de 17 058,80€,

11. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência incorreu com os empregados em 2019 e 2018 foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações do Pessoal	290 640,56 €	292 468,28 €
Encargos Sobre Remunerações	65 022,59 €	64 641,14 €
Seguros de Acidente Trabalho	3 186,85 €	3 558,53 €
Formação Profissional	169,30 €	271,80 €
Outros Gastos com Pessoal	2 192,04 €	1 602,56 €
Totais	361 211,34 €	362 542,31 €

Tabela 13 – Gastos com pessoal em 2019 e 2018

O número médio dos recursos humanos pertencentes ao quadro de pessoal em 2019 e 2018 foi de 24 colaboradores.

12. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Diversos

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora nem à Segurança Social, pelo que tem perante estas entidades a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 Depósitos bancários

Os Depósitos à Ordem em 2019 e 2018 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2019	2018
MG - Banco Montepio Geral	2 581,27 €	3 319,15 €
NB - Novo Banco	2 228,07 €	1 619,41 €
BPI – Banco BPI	23 550,00 €	35 585,88 €
Total	28 359,34 €	40 524,44 €

Tabela 14 – Saldo depósitos bancários em 2019 e 2018

Outros depósitos bancários

Os Depósitos a prazo em 2019 e 2018 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2019	2018
NB - Novo Banco	31 000,00 €	30 000,00 €
Total	31 000,00 €	30 000,00€

Tabela 15 – Saldo depósitos bancários em 2019 e 2018

12.3 Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 a conta de estado e outros entes públicos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2019	2018
Retenção Impostos (IRS)	1 677,00 €	3 081,00 €
Contribuições Segurança Social	6 717,43 €	12 961,27 €
Fundo de Compensação	116,94 €	44,46 €
Total	85 11,37 €	16 083,73 €

Tabela 16 – Saldo da conta de dívidas ao estado

12.4 Outras contas a receber e pagar

À data de 31 de dezembro de 2019 as contas de balanço, outras contas a receber e a pagar apresentavam os saldos de acordo com a tabela seguinte.

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar
Ministério Finanças – Consignação 0,5% IRS	2 111,53 €	
Donativos Monetários	67,00 €	
Cientes Lar Residencial	42,82 €	
Vendas de trabalhos manuais	975,27 €	
Kit Vestuário	530,00 €	
Remunerações a Liquidar (Férias e Subsídio Férias)		50 925,46 €
Géneros Alimentares		215,25 €
Eletricidade – CAO e LAR		354,17 €
Comunicações (Vodafone)		288,37 €
Gás		332,67 €
Material de escritório		30,36 €
Serviços Municipais - Água		257,27 €
Cientes de ASUS		221,00 €
Total	3 726,62 €	52 624,55 €

Tabela 17 – Outras contas a receber e a pagar

Os valores das contas a receber e ou a pagar referem-se a valores que foram pagos no ano seguinte (2019), mas cuja despesa (gasto) ou rendimento diz respeito ao ano anterior (2019).

12.5 Diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 a conta de diferimentos apresentava os seguintes saldos, relativamente a gastos a reconhecer no próprio período económico.

Descrição	2019	2018
Serviços controlo de pragas	82,00 €	82,00 €
Seguros	540,90 €	581,95 €
Produtos de limpeza	0,0 €	70,11 €
Rendas de equipamento	60,88 €	58,83 €
Contrato manutenção	190,95 €	188,31 €
APQ	2 075,63 €	
Total	2 950,36 €	981,20 €

Tabela 18 – Saldo da conta de diferimentos

12.6 Fornecimentos e serviços externos

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 a conta de fornecimentos e serviços externos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00 €	15 998,44 €
Trabalhos Especializados	2 054,44 €	3 491,45 €
Honorários	300,00 €	2 160,58 €
Conservação e Reparação	8 679,90 €	5 420,95 €
Ferramentas Utensílios Desg. Rápido	540,68 €	574,18 €
Material de Escritório	1 526,74 €	1 384,25 €
Artigos para Oferta	457,65 €	370,27 €
Material Didático	826,00 €	856,96 €
Eletricidade	3 762,81 €	4 173,66 €
Combustíveis	10 770,14€	9 526,73€
Água	1 520,90 €	1 797,25 €
Outros Fluídos (Gás)	2154,19 €	1 991,59 €
Deslocações e Estadas	2 402,65 €	2 723,25 €
Rendas e Alugueres	7 322,26 €	7 193,70 €
Comunicação (Fixo e Móvel, Internet)	3 283,10 €	2 822,38 €
Seguros	1 340,23 €	1 087,08 €
Despesas de Representação	122,00 €	0,00 €
Limpeza Higiene e Conforto	7 030,62 €	6 528,71 €
Encargos Saúde Clientes	425,72 €	832,26 €
Outros Serviços	2 441,73 €	373,02 €
Total	56 961,76 €	69 306,71 €

Tabela 19 – Fornecimentos e serviços externos

A conta outros serviços engloba os valores inscritos na rubrica de vestuário e calçado de clientes e a rubrica de portagens e estacionamento.

13. Fluxos de caixa

13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto

No quadro seguinte é apresentado os valores das atividades operacionais que dizem respeito aos recebimentos e pagamentos incluídos na rubrica de outros recebimentos / pagamentos.

Outros Recebimentos	Valor
Instituto Segurança Social (Acordos de Cooperação)	367 715,52 €
Entidades de ASUS	2 495,00 €
Diversos Recebimentos	342,65 €
Vendas Trabalhos Manuais (CAO e LAR) e Rifas de Natal	1 109,58 €
Donativos Monetários	7 573,30 €
Injunções Tribunal	950,00 €
Recebimento clientes (pagamento farmácia)	400,79 €
Município de VNF	10 000,00 €
Consignação 0,5 IRS	1 909,56 €
IVA (50% dos produtos e géneros alimentares)	6 259,78 €
Cotas de associados	1 441,00 €
(1) Total Recebimentos	400 197,18 €
Outros Pagamentos	
Pagamento Contribuições Segurança Social	104 136,45 €
Pagamento Rendas e Condomínio	4 830,00 €
Pagamento Seguros (Diversos e de Acidentes de Pessoal)	4 686,82 €
Pagamentos de Vendas a Dinheiro (Caixa)	2 800,00 €
Pagamentos de Água, Gás, Eletricidade	7 092,05 €
Pagamento de Telecomunicações (Vodafone e NOS)	3 212,82 €
Pagamento União Distrital Instit. Particulares Solidariedade Social (UDIPSS)	220,00 €
Pagamento aos Clientes de ASUS	2 495,00 €
Pagamento Fundo Compensação	494,72 €
Pagamentos Acolhimento de Clientes	2 194,00 €
Pagamentos Diversos	257,53 €
Pagamento Projeto Europeu	503,08 €
(2) Total Pagamentos	132 940,47 €
Saldo (1-2)	267 256,71 €

Tabela 20 – Fluxos caixa atividades operacionais

14. Rácios

14.1 Fundo maneiio

Descrição	2019	2018	2017
Ativo Corrente	76 884,69 €	89 135,09 €	143 697,82 €
Passivo Corrente	- 81 429,50 €	- 92 681,65 €	- 159 709,51 €
Fundo Maneio (FM)	18 015,89 €	- 3 546,56 €	- 16 011,69 €

Tabela 21 – Fundo de maneiio

O fundo de maneiio negativo (FM <0) reflete um desequilíbrio patrimonial e implica uma necessidade de aumentar o ativo corrente.

Pelos dados apresentados na tabela verifica-se que a situação do fundo de maneiio no ano em apreço é positiva.

De referir que no passivo corrente está registado o de 50 925,46 € que se refere às férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal, que será liquidado em 2020, mas que dizem respeito a direitos vencidos em 2019.

14.2 Liquidez geral e liquidez imediata

Descrição	2019	2018	2017
Liquidez geral	0,944	0,965	0,895
Liquidez imediata	73,20 %	76,23 %	80,86 %

Tabela 22 – Rácio Liquidez geral e imediata

O rácio de liquidez geral determina a capacidade de a entidade fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

Dado que o valor apresentado por este rácio é menor que 1, significa que os ativos correntes são inferiores ao passivo corrente. Esta situação poderá refletir dificuldades de Tesouraria. No entanto, essas dificuldades poderão não se fazer sentir se a velocidade de rotação do ativo corrente permitir fazer face ao timing de exigibilidade das dívidas de curto prazo.

Como se pode verificar na tabela acima, o rácio da liquidez geral tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos últimos anos, o que significa que melhorou a sua posição da capacidade para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, embora em 2019 desceu ligeiramente.

O rácio de liquidez imediata traduz os conceitos de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo que uma organização dispõe para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Pela análise verificada na tabela acima podemos afirmar que a situação de liquidez imediata agravou ligeiramente nos anos em apreço.

14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

Descrição	2019	2018	2017
Autonomia financeira	52,61 %	47,42 %	27,55 %
Solvabilidade	111,03 %	90,20 %	38,03 %
Endividamento	47,39 %	52,57 %	72,40 %

Tabela 23 – Rácio autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

O rácio da autonomia financeira determina a (in) dependência da entidade face a capitais alheios, dando apoio na análise do risco sobre a estrutura financeira da organização.

Traduz a capacidade da organização de financiar o ativo através dos fundos patrimoniais sem ter de recorrer a empréstimos.

Os valores apresentados significam o recurso alargado a financiamento externo. Este indicador sofreu uma melhoria ao longo dos últimos anos.

O rácio da solvabilidade é a capacidade da organização para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da organização face aos seus credores.

Este rácio tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos.

Quanto maior for este rácio, maior será a segurança dos credores face aos seus créditos.

O rácio de endividamento mede a taxa de endividamento total. Quanto mais baixo for a percentagem menor é o endividamento.

Este rácio também tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos.

Contudo o valor apresentado significa que os capitais alheios (47,39 %) financiam parte das aplicações totais (capitais próprios).

14.4 Rendibilidade líquida da atividade

A rendibilidade líquida da atividade, também conhecida como resultado económico líquido, mede o rendimento do conjunto de meios utilizados para a prossecução da atividade.

Descrição	2019	2018	2017
Rendibilidade líquida	-18 181,04 €	-55 943,71 €	-30 778,50 €

Tabela 24 – Rendibilidade Líquida

No cálculo deste rácio, não são consideradas as rubricas de outros gastos e perdas, juros e gastos similares suportados por parte dos gastos, assim como não são consideradas as rubricas de outros rendimentos e ganhos, os juros e rendimentos similares obtidos por parte dos rendimentos.

Como se pode verificar na tabela acima, este rácio apresenta ao longo dos últimos anos, valores negativos, embora tenha diminuído significativamente de 2018 para 2019.

Da análise deste rácio, pode-se concluir que se acrescentarmos o valor da rubrica de outros rendimentos (25 842,85 €) a rendibilidade líquida seria positiva em cerca de 7 600,00 €

CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO

Demonstração dos Resultados por Naturezas CAO				
Rendimentos e Gastos	2019	2018	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	27 622,50 €	25 330,88 €	9,04 %	2291,62€
Subsídios, doações legadas á exploração	161 066,80 €	134 685,00 €	19,58 %	26 381,80 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-12 053,49 €	-11 221,45 €	7,41 %	832,04€
Fornecimentos e Serviços Externos	-22 310,55 €	-30 245,93 €	-26,23 %	-7 935,38 €
Gastos com Pessoal	-115 988,38 €	-102 543,96 €	13,11 %	13 444,42€
Imparidades de dívidas a receber	-8,88 €	-881,00 €	-98,99 %	-872,12€
Provisões	-1 267,00 €	0,00 €	100 %	1 267,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	13 319,85 €	57 945,05 €	-77,01 %	-44 625,20€
Outros Gastos e Perdas	-609,70 €	-559,62 €	8,95 %	50,08€
Resultado antes de Depreciações	49 771,15 €	72 508,97 €	-31,35 %	-22 737,82€
Gastos/Reversões de Depreciação	-15 019,02 €	-11 315,08 €	32,73 %	3 703,94€
Resultado Operacional	34 752,13 €	61 193,89 €	-43,20 %	-26 441,76€
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1,88 €	22,15 €	-91,51 %	-20,27€
Juros e Gastos Similares Suportados	-404,35 €	-504,08 €	-19,78 %	-99,73€
Resultado Líquido do Período	34 349,66 €	60 711,96 €	-43,42 %	-26 362,30 €

Tabela 25 – Demonstração resultados CAO

Os gastos do CAO representam 34,72 % do total global de gastos e os rendimentos representam 41,33 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2019 e 2018.

Descrição	2019	2018
Rendimento total anual	202 011,03 €	217 983,00 €
Rendimento médio mensal	16 834,25 €	18 165,25 €
Gasto total anual	167 661,37 €	157 271,12 €
Gasto médio mensal	13 971,78 €	13 105,92 €
Gasto médio mensal por cliente (20 +28)	582,15 €	655,29 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	538,95 €	520,72 €

Tabela 26 – Rendimentos e Gastos totais e médios do CAO

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI

Demonstração dos Resultados por Naturezas IP				
Rendimentos e Gastos	2019	2018	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	250,80 €	264,50 €	- 5,18 %	- 13,70 €
Subsídios, doações legados á exploração	59 179,60 €	59 317,60 €	- 0,23 %	- 138,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-3 177,51 €	-3 389,50 €	-6,25 %	-211,99€
Gastos com Pessoal	-49 152,03 €	-63 040,16 €	- 22,03 %	- 13 888,13€
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)	-4,56 €	-87,00 €	- 94,76 %	- 82,44 €
Outros Rendimentos e Ganhos	1 850,92 €	692,09 €	167,44 %	1 158,83€
Outros Gastos e Perdas	-95,72 €	-41,80 €	102,88 %	48,54 €
Resultado antes de Depreciações	8 851,50 €	-6284,27 €		
Gastos/Reversões de Depreciação	-1 301,69 €	-1 341,61 €	- 2,98 %	39,92 €
Resultado Operacional	7 549,81 €	-7625,88 €		
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,97 €	10,19 €	- 90,48 %	-9,22€
Juros e Gastos Similares Suportados	-59,08 €	-25,08 €	135,57 %	34,00 €
Resultado Líquido do Período	7 491,70 €	- 7640,77 €		

Tabela 27 – Demonstração resultados de IPI

Os gastos da Intervenção Precoce na Infância representam 11,13 % do total global de gastos e os rendimentos representam 12,53 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos da Intervenção Precoce na Infância no ano de 2019 e 2018.

Descrição	2019	2018
Rendimento total anual	61 282,29 €	60 284,38 €
Rendimento médio mensal	5 106,86 €	5 023,69 €
Gasto total anual	53 790,59 €	67 930,53 €
Gasto médio mensal	4 482,55 €	5 660,87 €
Gasto médio mensal por criança (40 crianças)	112,06 €	141,52 €
Comparticipação mensal por criança da Seg. Social	123,81 €	119,62 €

Tabela 28 – Rendimentos e gastos totais e médios de IP

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL

Demonstração dos Resultados por Naturezas LAR Residencial				
Rendimentos e Gastos	2019	2018	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	57 258,86 €	56596,22 €	1,17 %	- 662,64 €
Subsídios, doações legados á exploração	157 469,12 €	157 539,99 €	-0,04 %	- 70,87 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-23 990,55 €	-22445,49 €	6,88 %	1 545,06 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-31 473,70 €	-35 326,28 €	- 10,91 %	- 3 852,58 €
Gastos com Pessoal	-196 070,93 €	-196 958,19 €	- 0,45 %	- 887,26 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	-10,56 €	-2 299,02 €	- 99,54 %	-2 288,46 €
Provisões	861,00 €		100,00 %	861,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	10 672,08 €	17 880,72 €	- 40,32%	- 7 208,64 €
Outros Gastos e Perdas	-254,49 €	-96,80 €	162,90 %	157,69 €
Resultado antes de Depreciações	-27 261,17 €	-25 108,85 €	8,57 %	2152,32 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-8 338,87 €	-8698,23 €	- 4,13 %	- 359,36 €
Resultado Operacional	-35 600,04 €	-33 807,08 €	5,30 %	1792,60 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2,22 €	23,59 €	- 90,59 %	- 21,37 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-426,58 €	-479,22 €	-10,98 %	- 52,64 €
Resultado Líquido do Período	-36 024,40 €	-34 262,71 €	5,14 %	1 761,69 €

Tabela 29 – Demonstração resultados LAR

Os gastos do Lar Residencial representam 54,13 % do total global de gastos e os rendimentos representam 46,12 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Lar Residencial no ano de 2019 e 2018.

Descrição	2019	2018
Rendimento total anual	225 402,28 €	232 040,52 €
Rendimento médio mensal	18 783,52 €	19 336,71 €
Gasto total anual	261 426,68 €	266 316,69 €
Gasto médio mensal	21 785,55 €	22 193,05 €
Gasto médio mensal por cliente	1 815,46 €	1 849,42 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	1 062,98 €+	1 027,03 €+

Tabela 30 – Rendimentos e gastos médios do Lar

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Gastos.

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2019	2019	Valor	%
Custo Mercadorias Vendidas	36 044,04 €	34 000,00 €	2044,04 €	6,01 %
Fornecimentos e serviços externos	56 961,76 €	46 646,00 €	10 315,76 €	22,11 %
Gastos com pessoal	361 211,34 €	354 374,20 €	6 837,14 €	1,93 %
Gastos de depreciação e amortização	24 659,58 €	23 186,42 €	1473,16 €	6,35 %
Perdas por imparidade	24,00 €	150,00 €	- 126,00 €	- 84,00 %
Provisões	2 128,00 €	0,00 €	2 128,00 €	100,00 %
Outros gastos e perdas	959,91 €	320,00 €	639,91 €	199,97 %
Gastos e perdas de financiamento	890,01 €	990,00 €	-99,99 €	- 10,10 %
Totais	482 878,64 €	459 666,62 €	23 212,02 €	5,04 %

Tabela 31 – Comparação da execução dos gastos com o orçamento

Na tabela acima apresentado temos a composição da estrutura dos gastos, entre o que foi orçamentado para o ano de 2019 e o que foi realizado durante o mesmo ano, com o apuramento das respetivas diferenças.

Como podemos constatar na tabela, os gastos na sua globalidade (todas as rubricas) a diferença apurada entre o que foi orçamentado e o que foi realizado para o ano de 2018 atingiu o valor de 23 212,02 € que se traduz numa diferença de 4,04 % aproximadamente.

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Rendimentos

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2019	2019	Valor	%
Vendas	1509,37 €	1 250,00 €	259,37 €	20,75 %
Prestações de serviços	83 622,79 €	81 937,00 €	1 685,79 €	2,06 %
Subsídios, Doações e Legados	377 715,52 €	340 282,72 €	37432,80 €	11,00 %
Outros Rendimentos e Ganhos	25 842,85 €	31 141,66 €	- 5298,81 €	-17,02 %
Juros e Outros Rendimentos	5,07 €	60,00 €	- 54,93 €	- 91,55 %
Totais	488 695,60 €	454 671,38 €	34 024,22 €	7,48 %

Tabela 32 – Comparação da execução dos rendimentos com o orçamento

Como se pode verificar na tabela acima apresentada relativamente aos rendimentos, podemos verificar que os valores orçamentados e os valores realizados durante o ano de 2019 apresentam uma variação no total de 34 024,22 € o que corresponde a 7,48 %.

CAPÍTULO VII - DIVERSOS

1. INFORMACÕES ADICIONAIS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência durante o ano de 2019 cumpriu na íntegra com todas as suas obrigações fiscais e legais.

À data de 31 de dezembro de 2019, não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), ao Instituto da Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública, tendo obtido a declaração da situação contributiva perante a Segurança Social e a certidão da situação tributária regularizadas perante estes organismos.

Durante o corrente ano foi entregue via internet nas respetivas entidades, o relatório único ao abrigo da portaria n.º 55/2010 publicado no Diário da República n.º 14, 1 Série, de 21 de janeiro de 2010, que inclui o Balanço Social, Anexo A – Quadro de Pessoal, Anexo B – Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores, Anexo C – Relatório Anual da Formação Contínua e o Anexo D (CAO e LAR) – Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Anexo E Greves, Anexo F – Informação sobre prestadores de serviços, enviado ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi enviado ao Ministério das Finanças - Direção Geral dos Impostos através da plataforma informática do portal das finanças, o modelo 25 referente aos donativos em géneros e em moeda monetária, assim como também foi enviado pelo mesmo método e sistema o modelo 10, referente aos rendimentos e retenções na fonte de IRS do trabalho dependente e independente e o modelo 47 que consiste na comunicação de encargos com Lares.

Também foi submetido através da página web do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o inquérito à estrutura de ganhos, com referência ao ano de 2018.

À data de 31 de dezembro de 2019, não se verificou qualquer registo no livro de reclamações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de setembro.

Durante o ano de 2019 as viaturas da AFPAD percorreram as seguintes distâncias em Km:

Nissan	46-18-JJ	8 648 Km	786 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-80	22 814 Km	1 901 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-82	17 725 Km	1 477 Km/mês
Total		49 187 Km	

2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Para o próximo ano e seguintes, perspectiva-se que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência mantenha um ritmo de crescimento e desenvolvimento sustentado, de acordo e em função das oportunidades que possam surgir, com o objetivo de aumentar a eficiência e a eficácia no desenvolvimento das suas atividades e o reforço da qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados.

Também se espera que venha a cumprir com todos os projetos que assumiu no passado e/ou venha a assumir no futuro, em prol de um serviço que vá de encontro às expectativas dos seus clientes e que lhes possa proporcionar a melhor qualidade de vida desejada por todos os intervenientes.

Para o próximo ano (2020) é espectável que, também venha a melhorar e a valorizar o seu desempenho económico-financeiro.

A direção é de parecer pela continuidade da entidade sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir desta data, pela avaliação efetuada pelo órgão de gestão, sobre toda a informação aqui disponibilizada que considera que é adequada e apropriada.

3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2019

Até à presente data não ocorreram factos materialmente relevantes que deem lugar a ajustamentos ou que possam afetar a posição das demonstrações financeiras do ano de 2019.

4. CONCLUSÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem conseguido vencer todas as adversidades, quer por conjunturas Nacionais quer por conjunturas Internacionais, internas e/ou externas, onde se apresenta com o mesmo rigor e confiança no futuro.

O relatório aqui apresentado pretende divulgar toda a informação considerada apropriada para a análise da atividade exercida durante o ano de 2019 que foi desenvolvida de acordo com o esperado para o seu normal funcionamento e toda a informação económica e financeira para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho económico financeiro de uma entidade com o objetivo de que essa informação seja útil a uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões.

As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo (periodização económica), consistência de apresentação, materialidade e agregação, informação

comparativa, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Pela análise económica e financeira criteriosamente efetuada com base nos vários instrumentos e peças contabilísticas, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conseguiu atingir os seus objetivos e estratégias traçadas para o ano de 2019 na sua globalidade e da forma que foi possível, contribuindo para esse facto o empenho e a dedicação de todos quanto colaboraram com a Associação das mais diversas formas.

De realçar o facto de que no ano de 2019, a AFPAD alcançou o aumento de acordo de cooperação de 20 para 28 utentes a partir do mês de julho, da resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) o que permitiu o equilíbrio dos resultados económicos financeiros.

Vila Nova de Famalicão, 08 de março de 2020

A DIREÇÃO:

Presidente:	Maria do Rosário de Araújo Ferreira
Vice-Presidente	Isabel Maria Pereira Carvalho Viana Fernandes
Secretária:	Célia Maria da Costa Maia Ferreira
Tesoureiro:	Sara Catarina Sousa Gomes
Vogal:	Ana Patrícia Oliveira Sampaio

Contabilista Certificado

António Manuel Vieira da Silva
(Membro n.º 90195)



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA



Assurance
in Social Services



Rua António Sérgio, 103

4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

www.afpad.org